

ARTIGO

Projeto Ético-Político da categoria: entre a pandemia e as epidemias e as endemias de nossa sociedade

Ethical-Political Professional Project: between the pandemic and the epidemics and endemics of our society

Marcela Mary José da Silva*

Resumo – O presente artigo tem por objetivo realizar algumas reflexões acerca do Projeto Ético Político-PEP das/dos assistente socias à luz da intenção de ruptura e observando as demandas trazidas pelas condições de pandemia. O texto apresenta uma discussão sobre a pandemia, as “epidemias e as endemias” existentes no cenário brasileiro e como estas estão presente no cotidiano dos profissionais. Ao mesmo tempo, o texto sinaliza a relação existente entre o PEP, a teoria marxista e o projeto de intervenção profissional, indicando alguns riscos/desafios que se apresentam na contemporaneidade.

Palavras-chave: projeto ético-político; pandemia; intenção de ruptura.

Abstract – This article aims to reflect on the Ethical-Political Project (PEP) of social workers in light of the intention of rupture and observing the demands brought about by the pandemic. The text presents a discussion on the pandemic, the “epidemics and endemics” that exist in Brazil and how these are present in the daily lives of professionals. At the same time, the text highlights the existing relationship between the PEP, Marxist theory,

* Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, BA, Brasil. E-mail: mmjsilva@ufrb.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3163-3233>.

DOI: 10.12957/rep.2023.72463

Recebido em 16 de setembro de 2022.

Aprovado para publicação em 26 de setembro de 2022.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

and the professional intervention project, pointing to some risks/challenges that present themselves in contemporary times.

Keywords: Ethical-Political Project; pandemic; intention of rupture.

Introdução

A discussão sobre os desafios, que prefiro chamar de riscos ao Projeto Ético-Político do serviço social, na contemporaneidade, são imensos e diversos. Assim são porque a vida humana nunca correu tanto risco de formas tão múltiplas como estamos constatando agora. Os véus caíram. As máscaras caíram e a luta tonou-se menos discursiva e mais franca. Quando destaco que as máscaras caíram refiro-me ao fato de não mais ser possível se esconder. Os posicionamentos precisam ser o que eles realmente significam. Segundo o Dicionário Léxico , posicionar-se é:

Verbo transitivo: 1. Ação de colocar numa determinada posição; 2. Estabelecer a posição de; verbo pronominal; 3. Assumir uma posição pensada ou estratégica; 4. Assumir determinada posição; localizar-se ou definir-se. (Etm. do latim: *positiōne*).

Reparemos que posicionar-se é uma ação. Ação no verbo e na carne. É uma ação relacional, uma externalização. O Código de Ética Profissional (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (1986) e as Diretrizes Curriculares da Abepss (2000) são cada um, separadamente, um posicionamento. Somando-se, constroem o que costumamos chamar de Projeto Ético-Político profissional (PEP). Pela lógica formal, o PEP é então um posicionamento da categoria que deve se expressar, se exteriorizar desde a formação até ao exercício profissional. Se assim acreditamos, o PEP é uma posição que se exterioriza, e não uma crença. Ele não é um discurso, seja ele escrito ou falado. Ele não pode ser considerado um horizonte ou uma utopia. A crença nessa possibilidade coloca o centro de nossa escolha profissional, a escolha pela classe trabalhadora, em cheque. A escolha pela classe trabalhadora, o se reconhecer como classe trabalhadora, faz com que as profissionais de serviço social reafirmem a existência da luta entre as classes sociais e a existência concreta da questão social e de suas manifestações. Colocar o PEP como um horizonte esvazia tudo sobre o que a profissão se sustenta. É preciso visitar as escolhas da profissão, aprofundar as discussões sobre os pensadores basilares da sua existência. Ele, o PEP, não é o atestado de que existe a dicotomia entre a teoria e a prática.

Sendo a profissão de assistente social inscrita na divisão socio-técnica do trabalho, como bem coloca Iamamoto e Carvalho (1982) é fundamental que entendamos que ela responde a uma necessidade específica do

trato social. Há algo que cabe ao assistente social fazer, desenvolver, trabalhar, intervir, que não é do campo de outras atividades profissionais, que, igualmente a ele, respondem a demandas sócio-históricas bem definidas e que estão em pleno desenvolvimento. Sim. Nossa profissão está em pleno desenvolvimento e está se desenvolvendo num mundo cujos marcadores legais, frutos de lutas de diversos segmentos da sociedade, estão se desmanchando. Nesse caminho, também os direitos, que para nós pareciam tão sólidos. Mas, como disseram Marx e Engels (2012, p. 67):

A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção – ou seja, as relações de produção –, isto é, o conjunto das relações sociais. [...] A transformação contínua da produção, o abalo ininterrupto de todas as condições sociais, incerteza e movimento eternos, eis aí as características que distinguem a época burguesa de todas as demais. Todas as relações sólidas e enferrujadas, com seu séquito de venerandas e antigas concepções e visões, se dissolvem; todas as novas envelhecem antes mesmo que possam se solidificar. Evapora-se toda estratificação, todo o estabelecido; profanasse tudo que é sagrado, e as pessoas se veem enfim obrigadas a enxergar com olhos sóbrios seu posicionamento na vida, suas relações umas com as outras.

Assim estamos: mal consolidamos os direitos, mal avançamos na inclusão de grupos e movimentos por tantos séculos invisíveis e vulneráveis, e os movimentos do capital, via Estado e estrutura democrática burguesa, vem tentando – e muitas vezes conseguindo – dissolver esses direitos. A dissolução de direitos na ordem burguesa projeta a dissolução da auto-organização de determinados segmentos sociais. Na contemporaneidade, a população indígena e a negra, as mulheres e a população LGBTQIA+, a população idosa e a juventude, a população em situação de rua e os servidores públicos, todas esses e mais algumas populações, estão sendo “dissolvidos” em seus direitos e bandeiras de luta.

Os desafios/riscos que estão sendo postos à vida humana – leia-se vida em sociedade – nunca estiveram tão visíveis. Em termos típicos do serviço social: nunca tivemos tanta intensidade nas formas de manifestação, refração ou manifestações da questão social. É possível que nunca na história da profissão a categoria profissional tenha sido tão pressionada a dar respostas, a fazer propostas e nem foi tão cobrada a explicitar posicionamentos.

Para entendermos essa exigência do mundo concreto à categoria é preciso realizar dois movimentos: um endógeno: a categoria precisa se autoavaliar e, na autoavaliação, se posicionar para si, se reconhecer e visibilizar-se como base. A cara da profissão é a cara de cada profissional que está tanto nos grandes centros quanto nas cidades e nos povoados mais esquecidos desse país. A cara do serviço social para a população de trabalhadores e trabalhadoras atendidas por ela é o rosto de cada profissional em cada espaço sócio-ocupacional. O segundo movimento é como se posicionar para essa sociedade do agora, cujas instituições, pessoas e processos estavam

sendo compreendidos em linha reta. A compreensão do que é o PEP, sua relação intrínseca com os debates na formação e com as instituições que abrigam os processos de trabalho, podem nos dar algumas sinalizações para alimentar esses dois movimentos e o debate em torno do Projeto Ético-Político da profissão.

Introduzo a questão sinalizando que não se pode pensar a profissão e o seu diferencial, que é o Projeto Ético-Político, longe da compreensão do que Braz e Rodrigues (2012, p.7) sutilmente nos convocaram a pensar, que é a “intenção de ruptura”:

Ao deflagrar o espraiamento na categoria profissional da *intenção de ruptura* com o conservadorismo profissional – perspectiva de renovação crítica da profissão emergida no início dos anos 1970, cuja divulgação e desenvolvimento foram duramente restringidos pelo regime autocrático burguês –, o III CBAS deve ser compreendido como *marco inicial da construção de um novo projeto profissional*, difundido amplamente, mais tarde, como projeto ético-político.

O marco zero do PEP é essa intenção de ruptura. Intenção que considero um movimento que ainda não se concluiu. O que não o torna uma utopia ou uma quimera. Movimentar no campo da intenção para a materialização requer uma consciência e um esforço concreto e coletivo de grande monta que, do III CBAS até os dias de hoje, teve muitas interrupções e descontinuidades. Acosta (2013, p. 48) afirma:

Nos anos 1990, a década vendida, segundo Tauile (2001), a *intenção de ruptura* no Serviço Social conhecerá um desdobramento muito peculiar que levará a uma relegitimação do espaço de trabalho tradicional do Serviço Social no âmbito do Estado e da administração das políticas sociais. Esta, por assim dizer, reconciliação do Serviço Social com o Estado, como seu espaço sócio-ocupacional, base de sustentação funcional-ocupacional (Montaño, 1997), é resultante de uma refração na categoria profissional do pacto constituinte que deu lugar à aprovação da ‘*Constituição cidadã*’ de 1988. O Estado legítimo que emerge deste pacto democrático inaugura a possibilidade objetiva de interromper o processo de longa duração de desenvolvimento ‘prussiano’ do capitalismo no Brasil (Coutinho, 2003). *A intenção de ruptura nada mais é do que o esforço histórico da profissão aderir a uma nova tradição: a marxista.*

É esclarecedora essa passagem que explicita que a intenção de ruptura foi “o esforço histórico da profissão aderir a uma nova tradição: a marxista”. Tradição essa que, segundo Netto (1989, p. 95), sustenta-se em três critérios, que são: o método crítico-dialético; a teoria do valor-trabalho e a perspectiva da revolução. Netto (1989, p. 95) ainda afirma que: [...] A arquitetura teórica marxiana está fundada nesse tripé – sem a presença simultânea destes três componentes, a sua construção teórica desaba”. A transição do que é vulgarmente chamado de tradicional e, atualmente, é chamado de

conservadorismo, é a transição profissional sustentada nesse tripé. É este tripé que sustenta a existência do PEP.

Afastar-se na formação e no exercício profissional da compreensão desse tripé é o que mais fragiliza o PEP, pois fragiliza a dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão. Há que se cuidar desse aspecto endógeno à profissão que é pressionado por alguns elementos: pelas limitações impostas à quantidade de horas à formação universitária, e isso traria a hierarquia entre as disciplinas; pela desigualdade na distribuição de instituições formadoras da profissão no âmbito presencial, tanto públicas quanto privadas; pela expansão da metodologia de formação a distância sem controle no âmbito dos elementos para formação. Aqui cabe um parêntese: não se trata de desqualificar os trabalhadores e trabalhadoras que se formaram nessa estratégia, mas de atentar para as fragilidades dessa formação, sobretudo no início. Reconheço o trabalho de profissionais sérios como tutores e como egressos dessa metodologia. Em um arranjo histórico, foi negligenciada a necessidade de separar a metodologia de quem a usou e que só tinha essa “escolha”. Outro aspecto é o aceleração da formação e o engate da graduação ao doutorado, igualmente mal distribuído no Brasil e muito concentrado em nossa área. A formação do professor é fundamental para a consolidação da intenção de ruptura, logo, do PEP. Esses são alguns dos elementos observados, olhando para nós mesmas.

O chão da história: a vida concreta

A intenção de ruptura corre nos trilhos da história. Nossa história contemporânea tem sinalizado fragilidades extensas e profundas em nosso país que tocam diversos segmentos da população e têm pressionado diversas profissões. Os números não são só números, mas vejamos apenas dois indicadores: o primeiro é a condição da fome na história recente e o segundo, a condição salarial. Sobre a fome: segundo o Dieese (2022), na era Lula, tínhamos uma parcela da população de cerca de 30,4% em insegurança alimentar. No governo Dilma, eram 22,9% da população nessa situação. No governo Temer, chegamos a 36,7%. E no governo Bolsonaro, até 2021, chegamos a 58,7% da população nessa situação. Sobre salários: outro indicador é o aumento real de salários. Isso reflete a saúde da relação capital/trabalho e o nível de proteção social dos trabalhadores. No governo Lula, 84% das negociações, via sindicatos, levaram a ganhos reais. No governo Dilma, 50,3%. No governo Temer, 74,8% das negociações trabalhistas geraram ganho real, e, no governo Bolsonaro, apenas 15,3% das negociações geraram ganho real para os trabalhadores. No governo Bolsonaro, apenas 3,5% do PIB está envolvido com pagamento de pessoal, ou seja, com pagamento de servidores estatutários. Este grupo, que presta serviço à população através das políticas públicas, está há anos sem reajuste. Na série histórica,

desde FHC, o menor comprometimento com pagamento de servidores e concursos se deu no governo atual.

Todos esses dados traduzem-se em rebatimentos no âmbito social e político. No âmbito político, podemos destacar o esforço em dissolver a Constituição Federal de 1988: a PEC 241 do Teto de Gastos (ou PEC do Fim do Mundo), a Reforma da Previdência, a Emenda Constitucional nº 103/2019, apenas como exemplos. Ainda temos as discussões do Orçamento Secreto e do Fundo Partidário que ocuparam a mídia nacional. Sim, nossa democracia tem orçamento secreto, fermento para negociações palacianas com o verdadeiro braço executivo do pai, o “centrão”, sempre presente em tantos governos com denominações diferentes, mas coroado com a tão falada governabilidade. Por fim, falemos da pandemia. Não à toa deixei esse aspecto por último, porque percebo que a história precisará nos responder se a pandemia foi *causa* ou *consequência* dos movimentos do capital no mundo, atualizando o mapa neoliberal de desigualdades.

A pandemia da Covid-19 deu destaque a todas as outras endemias que estávamos acostumados a conviver: a endemia da fome; a endemia da violência contra mulheres; a endemia do racismo, da homofobia, do idadismo; a endemia das injustiças, da regulação, dos homicídios cometidos contra indígenas, negros, pessoas idosas, mulheres, jovens, homossexuais; a endemia da injustiça social, da desigualdade, da desproteção e do sofrimento da maioria da população. Não esqueçamos da endemia do despreparo das nossas Casas Legislativas e dos Governos Executivos, em especial o Executivo federal em dar respostas concretas e imediatas à população geral. Em números de setembro de 2022, são quase 700,000 mortos, que já estão também sendo colocados na invisibilidade.

Todas as categorias profissionais, que já vinham sendo colocadas à prova pelos ataques que seguiram todos os “trâmites democráticos” de dissolução dos direitos, se viram num aprofundar de tensões: sem orientações, sem conhecimento sobre a pandemia, sem IPI, com processos de trabalho desenhados para um mundo que não existia mais e com usuários com suas condições de vida cada vez piores, mas cobrando. Percebeu-se a “cara” da política; é a “cara” do profissional que a materializa no dia a dia. E as políticas públicas só sabiam uma única forma de contato: a presencial. Essa não era mais possível. E como fica o atendimento? A visita? O relatório? O grupo? O evento? Durante muito tempo, não ficou. Vimos a mentira da cobertura da internet; a miséria ampliando-se e aprofundando-se; a morte redefinindo famílias e as desigualdades escancaradamente à mostra, porque o isolamento e o distanciamento social delataram a quantidade dos excluídos quantitativa e qualitativamente. Cada bairro, cada cidade, cada estado viu – e ainda vê – todos os seus excluídos, sem os disfarces do movimento diário daquele espaço. Como ser profissional sem presença? Toda a nossa rotina teve que ser refeita, mesmo que com pouca compreensão e muito risco.

Discutir o Projeto Ético-Político do serviço social em meio à pandemia é, obrigatoriamente, registrar as tensões existentes na profissão, tanto na sua dimensão interna, de assistentes sociais para assistentes sociais, quanto na sua dimensão externa, de assistentes sociais para seus empregadores, sejam eles públicos, privados ou de outra monta, e usuários.

Na trajetória histórica do serviço social, todas as fases do desenvolvimento da profissão se balizaram pela forma não só de compreender a fase anterior e negá-la, realizando o manejo dialético, mas, a partir desses movimentos internos da profissão, questionava-se sobretudo: *o que o serviço social faz? O que um assistente social faz?* Responder a essas questões, no mundo concreto, quer dizer: eu sei o lugar *social* que a profissão *ocupa* e sei o *fazer* que o profissional de serviço social deve desenvolver em meio às relações de poder, de trabalho.

A pandemia e o maltrato ou distrato dado a ela, em diversos níveis de poder, em especial o poder central, federal, expuseram nossas fragilidades e exigiram da sociedade científica, acadêmica e popular novos posicionamentos, não só pela imposição do isolamento social, do distanciamento, da busca da vacina. A pandemia não é de direita ou de esquerda. O vírus não tinha partido. Mas a forma de se tratar o novo problema deveria ter lado: o lado de quem estava exposto ao vírus. Precisamos lidar com um volume significativo de *fake news*, com a forma pontual das informações, sem considerar a diversidade dos espaços sociais e sem diferenciações de trato aos territórios: a pandemia desafiou e desestruturou toda formalidade de processos de trabalho, de protocolos, de procedimentos e abordagens em todo e qualquer campo de atuação profissional. Isso pôs à prova também a nossa categoria profissional na medida em que estamos à frente das prestações de atendimentos e serviços públicos em todas as políticas. A pandemia atravessou nosso fazer e pôs à prova nosso PEP e, dentro dele, desafiou os princípios do nosso código de ética. Toda categoria e cada profissional precisaram adaptar-se sem se perder. Redefinir-se sem se negociar. É fato que ainda estamos atravessando a pandemia, mas poucos encaram a realidade de que não mais voltaremos ao tempo-espaço de antes de março de 2020: nossa categoria precisa debater isso. Não estamos e não estaremos em um novo normal.

Nesse momento histórico em que o “novo normal” quer surgir, precisamos lembrar que a perversidade e a profundidade do sistema capitalista não mudaram. Aprofundar-se e expandir-se são movimentos do capital; esvaziar os direitos, desnutrir as políticas públicas e sociais, fechar portas de acesso e permanência sempre foram estratégias do sistema capitalista. Antes da pandemia, lembremo-nos, não estávamos bem e, depois dela, não estaremos melhores, nem pessoal nem institucionalmente. O nosso pós-pandemia parece ser um pós-direitos. O vírus do sistema capitalista continua ativo e se adaptando às nossas condições de relação. Estamos vivendo o momento de sequelas. Ninguém estava pronto para isso.

Os desafios para o PEP frente à nossa condição social, política e econômica

A pandemia mostrou que “ainda somos os mesmos e vivemos como nossos pais”, como diria Belchior. A pandemia nos pôs nus com tudo que nós sabíamos e não sabíamos. Essa exposição também chegou ao nosso PEP. Qual é a raiz, a fonte, a origem do PEP de nossa profissão? A consciência de que o sistema capitalista, que o estilo burguês de estruturar a vida e todas as suas formas de materialização não são condizentes com a dignidade da vida humana, tanto em sua expressão particular, quanto em sua expressão coletiva. Mas qual foi o divisor de águas dessa “consciência”? Os ventos do materialismo histórico-dialético são soprados nas mais diversas formações profissionais, inclusive a formação em serviço social. Sem as discussões sobre a história, a luta de classes, a totalidade social e as relações sociais de produção e reprodução social, o PEP não teria existido.

As esferas da política, da economia e do social têm carecido do que o PEP propõe: participação popular; centralidade nos trabalhadores e trabalhadoras, seus filhos e filhas; trabalho de base; espaços de discussão e de construção de debates para que o dissenso seja capaz de formar a compreensão desse sistema. Esse processo deve ser do chão para as representações, e não ao contrário. Qual a proposta do PEP para essas esferas? Não podemos só analisá-las, conceituá-las e escrevê-las. Essas ações são necessárias, mas não suficientes.

Os dados econômicos badalados em todos os meios de comunicação já assinalam quem está ganhando com toda essa crise sanitária que catalisou a crise humanitária pela qual estávamos e estamos passando. A estrutura política, burguesa, replicada nas três esferas de expressão da democracia, já mostra a “nova cara” dos “velhos donos do poder”. A tessitura social brasileira clama e caminha a passos largos para uma intensificação da pobreza, combinada com extrema opressão. Mas qual é a proposta? A intenção de ruptura sinalizou esse caminho de proposta.

Pois bem, a contemporaneidade nos brindou com uma pandemia que denunciou todas as endemias e as epidemias com as quais nós todos estávamos acostumados a conviver. Cabe aqui definir cada uma dessas palavras para entendermos seus alcances: em linhas gerais, é a extensão e a frequência do fenômeno que determina cada nomenclatura. A pandemia atinge a escala global. Uma epidemia atinge uma região de uma cidade, território ou estado, e uma endemia refere-se não só ao espaço, mas à sazonalidade de sua ocorrência. Nossa tese é a de que as expressões da questão social são epidêmicas e endêmicas com as necessidades de se combater o coronavírus a partir do distanciamento e do isolamento social, os espaços possibilitaram a visibilidade mais crua e nua dessas epidemias e endemias: a fome, o desemprego, a pobreza, a violência em todas as suas expressões, as relações de poder e suas consequências, apenas para citar algumas.

O PEP enfrentou por sua primeira vez uma pandemia, mas está desde sua origem confrontando-se com as epidemias e as endemias de pensamentos e ações dentro e fora da categoria profissional. No campo da produção e da reprodução das relações sociais, esses movimentos “epi e endêmicos” são recorrentes, influenciam diretamente a categoria e a desafia. O desafio não é às instituições que representam a categoria nem às unidades de formação acadêmica (UFA); o desafio é feito a cada profissional diariamente em seu espaço sócio-ocupacional. As decisões econômicas, suas manifestações nos orçamentos da união do Estado e dos municípios, em sincronia, determinam serviços, espaços profissionais e resultados. A experiência diária do trato dado à economia sinaliza o tempo todo o mar de pessoas e famílias que está fora das ações e lá ficarão. O trato político, muitas vezes partidário, dado às condições objetivas de vida e de sobrevivência das pessoas e suas famílias tem emagrecido, e em alguns territórios tem definindo, estruturas que eram conhecidas do público local.

Os dados, os números e as caras das pessoas não atendidas são conhecidas por qualquer assistente social. Sei que cada profissional, esteja ele no lugar mais ermo desse país, reconhece e vivencia o desafio de materializar os 11 princípios do Código de Ética, pedra angular do PEP, em sua realidade concreta. O PEP tem três grandes desafios a serem enfrentados com a realidade desenhada da forma que apresentei: primeiro, estruturar-se na formação profissional via estudo aprofundado da teoria social crítica para trabalhadores. Destaco esse aspecto por observar que, sem a discussão a partir da teoria social crítica na formação, não se consegue manter a intenção de ruptura; sem isso, a profissão está caminhando para um lugar, mesmo que o discurso esteja noutro. Em outras palavras, precisamos formar assistentes sociais para o serviço social avançar. O segundo desafio no cenário desenhado é: sem projeto de intervenção não há Projeto Ético-Político. Nos cadernos de orientação das políticas públicas, nas normativas dessas políticas, não há intenção de ruptura. Executar essas normas e orientações sem mediação não expressa nossos compromissos ético-políticos. Todos nós nos orgulhamos de sermos a única categoria profissional que tem um Projeto Ético-Político. Ele germina nos projetos de intervenção. O terceiro desafio do PEP é fazer-se conhecer através do trabalho realizado pelos e pelas assistentes sociais. É importante retomar o trabalho socioeducativo, a dimensão andragógica do fazer profissional que está sendo subsumido pelos instrumentos predefinidos de muitas políticas.

Considerações finais

É importante entendermos dialeticamente os movimentos internos que precisamos fazer para darmos musculatura e movimento ao PEP, já que propagamos com orgulho esse nosso diferencial, principalmente nos mo-

mentos atuais. Cada elemento deve ser entendido para ser reforçado e coletivizado. Só assim podemos reafirmar a intenção de ruptura como um projeto coletivo das e dos profissionais, que pode ser visto como um elemento diferenciador na forma de esses sujeitos realizarem suas atividades profissionais.

Sabemos que não cabe a uma categoria profissional ser a locomotiva da história. Mas somos trabalhadores que atendem trabalhadores, e isso tem um significado. Precisamos, talvez, parar de atender “usuários” das políticas. Precisamos atender trabalhadores e trabalhadoras, seus filhos e filhas. Precisamos entender que as políticas públicas não são o fim da nossa profissão, mas um meio de estarmos próximos desse público. Precisamos voltar a trabalhar com projetos de intervenção, via pela qual nossa especificidade profissional flui e dá visibilidade a cada profissional, e não por manuais ou cadernos de orientação, que são úteis e necessários, mas são, igualmente, instrumentos.

O Projeto Ético-Político da profissão será feito pelos homens e mulheres da profissão, que afirmam através da sua práxis cotidiana não só os valores construídos no processo de formação. O PEP não é um mantra ou discurso, mas sobretudo um movimento vivo de e em um mundo concreto. É preciso estudar os clássicos com mais consistência e sem dogmatismo, herança do fazer conservador. É preciso socializar a discussão do PEP, concentrá-la, reproduz valores que não estão no centro da constituição de nossa formação. É preciso socializar reflexões para que possamos cumprir nossa parte na história da profissão e da sociedade.

Vamos permanecer alertas! É necessário que o ensino, a pesquisa, a extensão e o fazer profissional em serviço social debatam essas questões com todos os sujeitos envolvidos. Pouco poderemos fazer se poucos debaterem, estenderem e tematizarem essas questões. Os elementos do PEP precisam ser defendidos pelos estudantes e profissionais, não como um panfleto, mas como elemento orientador do fazer profissional visível a quem emprega, a quem é atendido e a quem presta o atendimento. Os dois níveis de cuidado sinalizados no início desse artigo precisam ser consciente e praticamente enfrentados: “a lição já sabemos de cor. Só nos resta aprender”. E eu afirmo: Só nos resta fazer. É preciso retomar as bases da profissão para combater as pandemias, as endemias e as epidemias sociais.

É importante assumir que não é a profissão que corre riscos, mas as pedras angulares da profissão, sim. Mais ainda, é importe sedimentar a discussão de que mexer nessas pedras angulares da profissão é redefini-las, e que esse processo está acontecendo. Isso está acontecendo conosco e sem nós. Retomemos o trabalho de base, o marxismo com Marx, os projetos de intervenção, e tornemos visível no nosso fazer a nossa intencionalidade e identidade profissional.

Referências

- ACOSTA, L. A crise do processo de constituição da classe operária em sujeito político e sua refração no projeto ético-político do Serviço Social. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, jan.-jul. 2012. Disponível em: <http://web.intranet.ess.ufrj.br/>. Acesso em: 20 maio 2022.
- BRAZ, M; RODRIGUES, M. Editorial.. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, jan.-jul. 2012. Disponível em: <http://web.intranet.ess.ufrj.br/>. Acesso em: 20 maio 2022
- DIEESE. *Indicadores socioeconômicos selecionados*. Ago. 2022. Séries histórica de 1995 a 2021. 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/sinteseindicadores/2022indicadoresSocioeconomicosSeriesHistoricas.html>. Acesso em: 12 agosto de 2022.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*/Marilda. 1ª ed. São Paulo, Cortez, [Lima, Peru]: CELATS, 1982.
- LÉXICO. Dicionário de Português On line. Disponível em: <https://www.lexico.pt/>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2022. MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução de Sergio Tallaroli. Disponível em: link. <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4205994/>. Acesso em: 31 de março de 2022.
- NETTO, J. P. *O serviço social e a tradição marxista*. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 30, 1989.